**INSERÇÃO EXTERNA, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PERÍODO 2003-2017**

**Resumo**

Neste trabalho, buscamos analisar a dimensão social da Política Externa Brasileira no período 2003-2017 a partir, principalmente da atuação coordenada do Ministério das Relações Exteriores, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Coordenadoria de Ações Internacionais de Combate à Fome e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Dos resultados foi possível concluir acerca do declínio relativo das ações desenvolvidas no âmbito social na área externa até 2016, dando ênfase às mudanças que ocorreram em meio ao golpe institucional do referido ano. Foi possível identificar, ainda, os principais desafios e ameaças do momento atual da inserção externa social brasileira.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira, Desenvolvimento, Política Social, Cooperação.

**Abstract**

In this paper, we sought to analyze the social dimension of the Brazilian Foreign Policy in the period 2003-2017, mainly based on the coordinated work of the Ministry of Foreign Affairs, the Brazilian Cooperation Agency (ABC) and the International Action Coordination to Combat Hunger and Ministry of Social Development (MDS). From the results it was possible to conclude about the relative decline of the actions developed in the social sphere in the external area until 2016, emphasizing the changes that occurred during the 2016 Brazilian coup d'état. It was also possible to identify the main challenges and threats of the current moment of the Brazilian social external insertion.

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy, Development, Social Policy, Cooperation.

1. **INTRODUÇÃO**

Após uma fase de adaptação à realidade sistêmica unipolar e ao Consenso de Washington e seus princípios, a política externa brasileira, durante o Governo Lula (2003-2010), passou a priorizar um formato de inserção internacional vinculado a um projeto de transformação social interna baseado na promoção da distribuição de renda, na redução da pobreza e na melhoria dos indicadores sociais (Amorim, 2004). A partir de uma recuperação do papel indutor do Estado no desenvolvimento, o Brasil buscou uma projeção externa que se propunha ser uma extensão do projeto interno de garantia de igualdade, ao colocar a formação de coalizões sul-sul e a promoção da multipolaridade como estratégias mais adequadas ao momento de questionamento da ordem hegemônica liberal norte-americana. A ascensão da economia asiática baseada no Consenso de Pequim, a redução das dívidas junto ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, e a recuperação de uma maior autonomia dos Estados periféricos ampliaram a margem de ação para a projeção brasileira no Eixo Sul-Sul, garantindo uma expansão de sua influência política e econômica sobre a América Latina, a África e, em menor medida, sobre o Oriente Médio e a Ásia.

Diante desse cenário, o Brasil orientou-se a conquistar seu espaço no sistema internacional, disposto a contribuir para uma desconcentração do poder e da riqueza globais, encontrando respaldo do seu projeto junto a outras potências médias e grandes potências através das coalizões sul-sul (como o BRICS, o IBAS, o G-20). O abandono de áreas periféricas por parte dos Estados Unidos (EUA) e Europa (que voltaram-se ao Oriente Médio como pivô para a Ásia) abriu uma janela de oportunidade para o Brasil, que pouco a pouco consolidou a sua influência a partir de uma nova estratégia de inserção externa: o compartilhamento de políticas sociais e do modelo de desenvolvimento interno através da Cooperação Sul-Sul, da diplomacia social e da atuação como representante dos interesses econômicos da periferia nas organizações internacionais. Ao invés de centrar-se nas novas pautas e agendas defendidas pelo Norte (como direitos humanos, meio-ambiente e promoção da democracia), o Governo Lula recuperou a agenda dos direitos sociais enquanto prioridade do mundo periférico, resgatando o *ethos* dos movimentos contra-hegemônicos da Guerra Fria (Movimento dos Não-Alinhados, G-77, UNCTAD) a partir de uma estratégia renovada.

Se durante o Governo Lula, em um contexto de alta do preço das *commodities*, tal estratégia garantiu uma projeção internacional significativa e uma melhoria da imagem do país no exterior, no Governo Dilma Rousseff (2011-2016) constrangimentos sistêmicos significativos dificultaram a manutenção do ativismo diplomático e impuseram a adoção de uma política externa mais tímida e reflexiva. A crise econômico-financeira de 2008, a formação do BRICS, o resultado positivo da Rússia na Guerra da Geórgia e a derrubada de governos anti-ocidentais no Norte da África e Oriente Médio em meio à Primavera Árabe indicaram que o momento não era mais favorável às potências médias e às contestações da ordem global, visto que as potências centrais passaram a reagir de forma explícita (OTAN na Líbia) e implícita (Doutrina Hillary) à perda de espaço e projeção dos EUA e Europa em zonas periféricas (Visentini, 2013; Moniz Bandeira, 2014).

Se em um primeiro momento isto parecia indicar que o Brasil deveria ter maior cautela na sua projeção internacional, a revelação de que o projeto global de espionagem por parte do governo norte-americano tinha como principal alvo o Brasil apenas confirmou a necessidade de uma maior cautela no trato das questões internacionais. Sendo assim, o Governo Dilma reduziu o ativismo e, diante da redução do crescimento econômico, das dificuldades em gerenciar a política doméstica e dos protestos em massa, a inserção externa social brasileira entrou em uma fase de declínio relativo, resultando no golpe institucional que retirou a presidenta do comando em 2016 (Souza, 2016; Jinkings, Doria & Cleto, 2016; Milan, 2016).

Mas não só os condicionantes estruturais contribuíram para o arrefecimento da inserção externa social: a dificuldade em manter o crescimento econômico com distribuição de renda (que consistia na grande estratégia do Governo Lula) pouco a pouco evidenciou ao restante do mundo que o modelo de desenvolvimento brasileiro parecia não estar obtendo tanto sucesso quanto se esperava. Logo, um dos principais vetores da projeção global do Brasil (seu projeto interno de desenvolvimento) se transformou em combustível para o declínio. O capital brasileiro parecia não estar mais disposto a aceitar um aumento na distribuição de renda em favor do trabalhador e as medidas tomadas para injetar ânimo no setor privado (como as desonerações na folha de pagamentos e os subsídios fiscais a empresários), ao invés de serem aplicados em aumento do investimento e do emprego, foram utilizados para aumentar o lucro e pagar as dívidas, ou aplicados no mercado financeiro. Ademais, o aumento no custo unitário do trabalho passou a ser compensado pelo aumento dos preços (inflação), que por sua vez requeriam juros altos e redução no investimento privado (Fligenspan, 2010; 2016).

Todo esse contexto, além de ter levado ao golpe institucional de 2016, implicou em um redirecionamento do modelo de desenvolvimento interno, redirecionamento esse que, por sua vez, provocou mudanças no modelo de inserção externa social. Diante desse cenário, neste artigo será discutida a evolução da inserção externa social do Brasil, de 2003 a 2017, a partir dos fatores internos e internacionais que possibilitaram tanto seu desenvolvimento, quanto o seu posterior redirecionamento durante o Governo Temer.

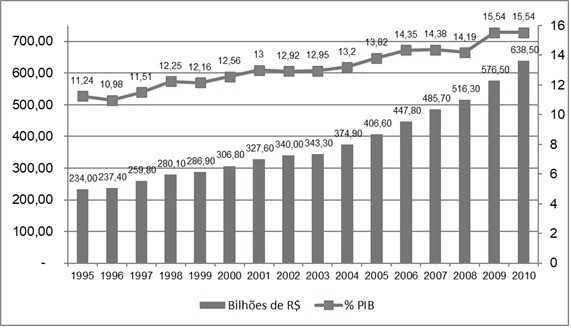
No que diz respeito à organização do trabalho, na primeira seção, serão apresentadas as diversas iniciativas implementadas que consolidaram o modelo durante os Governos Lula e Dilma, com ênfase na atuação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Coordenadoria de Ações Internacionais de Combate à Fome (ambas ligadas ao Itamaraty) e o declínio relativo das ações desenvolvidas no âmbito social até 2016. Na segunda seção, apresenta-se o cenário atual de tais iniciativas, dando ênfase às mudanças que ocorreram em meio ao golpe de 2016, buscando-se elucidar se a mudança na condução interna do projeto de desenvolvimento se refletiu em uma reestruturação das atividades externas de desenvolvimento social. Ambas as seções são desenvolvidas com base na análise de documentos oficiais, relatórios, estatísticas e entrevistas levadas a cabo com gestores e diplomatas vinculados ao MDS, à ABC e ao Itamaraty em geral. Nas conclusões, por fim, é apresentado um diagnóstico resumido do momento atual da inserção externa social brasileira, identificando os principais desafios e ameaças ao projeto internacional do país em função das mudanças internas que se processaram a partir do golpe institucional de 2016.

**2. A INSERÇÃO EXTERNA SOCIAL DO BRASIL NOS GOVERNOS LULA E DILMA: DESENVOLVIMENTO, DIPLOMACIA E COOPERAÇÃO SUL-SUL (2003-2016)**

A consolidação de um novo modelo de inserção externa brasileiro no início do século XXI se baseou no alinhamento entre objetivos e metas de política externa e de política social, mais exatamente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2003 e sua articulação com a Divisão de Temas Sociais do Itamaraty e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Além disso, como desdobramento do programa Fome Zero, foi criada em 2004 a Coordenadoria-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), atrelada ao Ministério das Relações Exteriores. Embora nem sempre de maneira coordenada e atuando sob as mesmas diretrizes, a existência de tais órgãos do Poder Público permitiu que se conectassem os objetivos de política econômica e social interna (baseados no modelo de desenvolvimento que visava contrapor a Hipótese de Kuznets e provar que é possível crescer distribuindo renda) com a própria inserção internacional do Brasil. Se tradicionalmente a política externa brasileira voltava-se à diplomacia econômica e política como instrumentos básicos de promoção externa, no século XXI o país acrescentou os temas sociais como temas legítimos das relações internacionais, transformando a luta contra a pobreza e a fome, por exemplo, em questões a serem resolvidas a partir da ação coletiva sul-sul[[1]](#footnote-1). A própria trajetória pessoal e o carisma do presidente Lula, ex-operário e sindicalista, também garantiu um elemento especial a este projeto.

Para tanto, o Brasil estabeleceu a inserção externa como instrumento da promoção do desenvolvimento interno e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento interno como ferramenta para a projeção internacional do país. Essa consonância entre processo social interno e política externa é a chave para compreender as relações internacionais de diversos países latino-americanos no pós-Guerra Fria (Lima & Milani, 2016). Dentre os temas que se destacaram na opinião pública brasileira e mundial, na primeira década do século XXI, se encontram tanto a atuação externa do Brasil (que propriamente nunca foi destaque enquanto pauta para debate político) quanto os seus amplos programas de combate à fome e assistência social. De 2003 a 2010, o governo federal ampliou o gasto público social[[2]](#footnote-2) (sobretudo em assistência social, dando origem ao Sistema Único de Assistência Social), implementando uma gama variada de políticas sociais voltadas a combater a fome, a pobreza, a mortalidade infantil, o trabalho infantil, o desemprego e estimular a inserção no mercado de consumo e no mercado de trabalho, conforme demonstra o gráfico abaixo.

**Gráfico 1 – Trajetória do Gasto Social Federal (1995-2010)**



Fonte: Elaboração dos autores a partir de IPEA (2012).

No âmbito estritamente econômico, ampliou-se gradualmente o salário mínimo acima da inflação, diminui-se os impostos sobre bens de consumo básicos e materiais de construção e se promoveu o acesso das famílias mais pobres ao crédito e financiamento (Fligenspan, 2010). Assim que os primeiros resultados econômicos e sociais passaram a ser divulgados, demonstrando crescimento econômico em conjunto com a melhoria de diversos indicadores sociais, como a redução do Índice de Gini (que mede a desigualdade de renda, e passou de 0,6 em 1993 a 0,5 em 2011) (IPEA, 2013), assim como, a taxa de extrema pobreza, cujo índice era de 17,49% no início dos anos 2000 e chega ao final da década de 2000 a 8,51%, diversos países periféricos passaram a enxergar no modelo brasileiro um exemplo a ser replicado e implementado internamente.

Não só pelos resultados internos, mas também pelo ativismo diplomático e o engajamento do presidente Lula nos temas sociais, o país ampliou significativamente a transferência de políticas sociais brasileiras e sua implementação em países do Eixo Sul-Sul (sobretudo entre 2008 e 2013, já no mandato de Dilma Rousseff, sua sucessora). Tal difusão das políticas públicas brasileiras para países da América Latina, África e Ásia não resultou, porém, de um engajamento ofensivo do Brasil em “exportar” o modelo brasileiro para países da periferia. Pelo contrário, conforme demonstrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o Brasil adota o princípio de cooperação *demand-driven*, ou seja, apenas responde aos pedidos enviados para cooperar com o Brasil. Além disso, o país desenvolveu um *ethos* de Cooperação Social Sul-Sul baseado na observação dos princípios históricos sob os quais se pautaram as relações sul-sul desde o Movimento dos Não-Alinhados e do G-77 até a atualidade: não-interferência nos assuntos internos de outros Estados; respeito à diversidade de sistemas políticos e econômicos na periferia; ausência de condicionalidades impostas à oferta de ajuda por parte do governo brasileiro; respeito ao princípio da horizontalidade, ou seja, de diálogos de igual para igual, sem fórmulas prontas e acabadas a serem aplicadas nos países recipiendários e, por fim, e mais importante, buscando criar diálogo político e estratégico voltados à promoção de capacidade institucional nos países do Eixo Sul-Sul (Madeira, Hellmann & Medeiros, 2013; Papi & Medeiros, 2015).

A importância da utilização destes princípios como base para desenvolver as ações internacionais está relacionada ao desafio que eles impõem em relação ao tradicional modelo de cooperação internacional centrado nas diretrizes de organismos como a OCDE, o FMI e o Banco Mundial. Tais instituições promovem ajuda financeira e humanitária exigindo que governos de Estados periféricos se ajustem aos princípios destas instituições, importando valores, práticas e formas de Estado atreladas à lógica do sistema capitalista global comandada pelo Norte/Ocidente (Milani, 2014). Isso significa, frequentemente, na prática, redução do tamanho de Estado, ajuste fiscal, rigor monetário, abertura econômica e desregulamentação e implementação de políticas econômicas internas e externas voltadas à “credibilidade” e “redução dos custos institucionais” associados a sistemas políticos “corruptos e não-democráticos” (Diniz, 2011). Esse modelo de cooperação se consolidou nos anos 1980, em meio à crise da dívida no Terceiro Mundo, mas tem sido constantemente desafiado, sobretudo por conta da recuperação da capacidade de potências médias e semiperiféricas em promover, elas próprias, linhas de financiamento, crédito, cooperação e investimento público social considerados mais benignos aos interesses de países periféricos em situação de crise. Se tradicionalmente a periferia mundial não possuía alternativa senão se amarrar à lógica das instituições financeiras do Norte, a partir dos anos 2000 essa situação se altera e as potências emergentes (BRICS) passam a exercer influência crescente nos Estados periféricos, desafiando a tradicional hegemonia dos EUA e Europa nessas zonas (Visentini, 2013).

Nesse cenário, o Brasil demonstrou ser um ator importante, sobretudo na América Latina e na África, ao promover a construção de diálogos estratégicos para o desenvolvimento da periferia, baseados na *expertise* técnica dos órgãos públicos brasileiros (ministérios, fundações, agências, etc.)[[3]](#footnote-3). Não só voltado a obter mercado consumidor nessas zonas, o Brasil passou a se importar com a recuperação da capacidade estatal na África e na América Latina, pois isto pressupunha uma maior autonomia dessas regiões na escolha dos parceiros econômicos e políticos e, consequentemente, uma menor dependência dos tradicionais laços com o Norte. Esse era o sentido da horizontalidade do novo modelo de inserção do Brasil: a emancipação dos seus vizinhos do Sul seria ao mesmo tempo benéfico para os povos periféricos e uma possibilidade do Brasil se colocar como alternativa diante da dependência com o Norte. Por conseguinte, o projeto do Brasil só faria sentido se o desenvolvimento próprio fosse compartilhado com seu entorno, o que garantiria um ponto de consonância entre o sucesso do projeto interno e o desejo dos demais países periféricos.

Levando em consideração tal pano de fundo, a formulação e a implementação do modelo de inserção externa social se articularam a partir de três eixos. A Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores se centrou na promoção de acordos bilaterais e multilaterais e da inclusão de temas caros à superação da fome e da pobreza no Brasil no âmbito internacional, enquanto que a ABC centralizava o controle, o monitoramento e o estabelecimento das diretrizes para a oferta de cooperação técnica por parte dos ministérios, agências, fundações e órgãos públicos brasileiros. O MDS, por sua vez, estabelecia instrumentos de cooperação e diálogo técnico com governos de países da periferia, especificamente no que diz respeito aos programas, tecnologias e sistemas de informação voltados à proteção social, muitas vezes em associação com outros ministérios, como os da Saúde e Educação, por exemplo (Papi & Medeiros, 2015; Medeiros, 2016). Deve-se destacar, também, a atuação da Coordenadoria-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), que atuou a partir da junção dos elementos técnicos e humanitários da cooperação internacional, vinculando as atividades de combate à fome em situações de risco securitário e ambiental.

Dentre as mudanças verificadas no âmbito da ABC, de 2003 até 2009, a agência passou por uma revitalização política e financeira, passando de demandante de cooperação para ofertante. Nesse período, houve a multiplicação de projetos firmados que passam de 23 em 2003 para 413 em 2009, assim como um aumento nos recursos que passam de R$ 18.661.993,00 em 2006 para R$ 52.562.628,00 em 2010 (ABC, 2009). Dentro desta nova configuração da ABC, e tendo em conta a política do Governo Lula de reaproximação com a África como um dos destinos prioritários da cooperação Sul-Sul, um conjunto de ações são propostas pela agência para a promoção do desenvolvimento africano. Conforme documento institucional (ABC, 2009), em termos de investimentos da ABC em cooperação internacional no Governo Lula, a África representa 50% dos valores investidos, seguidos da América do Sul, Ásia, América Central e Caribe.

Dentre os projetos desenvolvidos com o continente africano, destacaram-se as ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como articuladora e implementadora da transferência de tecnologia agropecuária e florestal, por meio, sobretudo, do projeto da *Cotton – 4* (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali), que busca promover o desenvolvimento sustentável da cadeia do algodão. Além destes, ainda são implementados o ProSAVANA (Moçambique), a Rizicultura (Senegal), e o Fortalecimento do IIAM (Moçambique). Estas últimas iniciativas ligam-se ao programa estruturante de combate à fome e à pobreza na África, tais como o Programa Nacional da Refeição na Escola em São Tomé e Príncipe, e o programa Educacional de Nutrição em Moçambique, que objetiva orientar grupos desfavorecidos no cultivo de colheitas de baixo custo e com altos níveis nutricionais (ABC, 2009).

Na área da saúde, as iniciativas voltavam-se sobretudo ao combate ao HIV, à malária e à anemia falciforme. As ações envolvem de maneira geral a doação de medicamentos antirretrovirais, capacitação de médicos e enfermeiros, inclusive no Brasil, diagnóstico da saúde pública, fortalecimento do sistema de saúde, análise de laboratório, medidas de combate ao DST/HIV/Aids, controle de epidemias, apoio e monitoramento à vigilância sanitária, prevenção e controle da malária e da doença falciforme, melhorias nas instalações hospitalares, além da transferência de tecnologia brasileira para Bancos de Leite Humano. Para tanto, outros órgãos, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Instituto Nacional do Câncer (INCA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Saúde (MS) são envolvidos para a implementação das ações[[4]](#footnote-4).

No que diz respeito à educação, destacam-se os projetos de alfabetização de jovens e adultos, a transferência da metodologia do Bolsa Escola, ambos em Moçambique e São Tomé e Príncipe, e a criação de centros brasileiros de ensino técnico visando à formação profissional por meio do SENAI. Sobre este ponto vale ressaltar que tal iniciativa se volta a dar conta de um dos principais obstáculos para o desenvolvimento africano: a escassez de mão-de-obra qualificada. Neste sentido, foram abertos Centros de Treinamento Profissional em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com um orçamento que ultrapassou 20 milhões de dólares (ABC, 2009). Foram desenvolvidos no âmbito destas ações estruturantes cursos de treinamento profissional em motores mecânicos, na área da construção, eletricidade, vestimenta e computadores[[5]](#footnote-5).

No âmbito da América Latina, mais de 70% dos gastos em cooperação se centram no Haiti, Chile e Argentina, até 2010 (IPEA, 2013). No que diz respeito a Haiti, destaca-se o Programa Emergencial em Educação Superior para o Haiti (Pró-Haiti), que tem como finalidade estimular a reconstrução do país por meio de apoio à qualificação de recursos humanos, bem como a reestruturação das instituições de ensino superior haitianas (IPEA, 2013). Foram doadas dezenas de toneladas de gêneros alimentícios no contexto do terremoto de 2010, sem contar a atuação da Missão de Paz para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) que contou com mais de 2.000 tropas brasileiras.

No que tange às ações do MDS, de 2004 a 2011, foram desenvolvidos 17 projetos de cooperação e mais de 30 acordos internacionais na área social. Deste total, 51,4% destinam-se a países da América Latina e Caribe, 25,7% à África e Ásia e 22,9% à América do Norte e Europa. Um indicador do aumento da demanda por cooperação com o Ministério foi o crescimento significativo na quantidade de missões estrangeiras recebidas ao longo dos anos. Em 2004, foram recebidas apenas três missões, ao passo que em 2011 foram 34 (sendo 29 delas provenientes de países localizados na África, Ásia e América Latina). Nos anos seguintes esse número aumentou chegando a 136 em 2012, e com um pequeno decréscimo em 2013 (68) e 2014, que fechou com 41 visitas de delegações.

As principais demandas apresentadas ao MDS por parte das delegações estrangeiras se referiam ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Havia, também, especial interesse no funcionamento da gestão intersetorial e descentralizada dos programas, bem como na forma de operacionalização de pagamento aos beneficiários, que atualmente é realizada pela Caixa Econômica Federal. Algumas delegações buscavam conhecer melhor e implantar nos seus países ferramentas de gestão específicas utilizadas pelo MDS, como o Cadastro Único (utilizado no registro da população em situação de pobreza e extrema pobreza) e a Matriz de Informação Social (utilizada para monitoramento e avaliação das políticas sociais) (Madeira, Hellmann & Medeiros, 2013).

Esse panorama amplo não busca esgotar a descrição de todos os programas e projetos de cooperação desenvolvidos nesse período. Cumpre ressaltar, porém, a evolução do ativismo diplomático no que diz respeito à Cooperação Sul-Sul na área social, que até 2012 vinha em fase de expansão e após 2013 arrefeceu lentamente, até a sua completa desestruturação com o golpe institucional de maio de 2016. A título de comparação, em 2012 o Itamaraty desenvolveu 67 projetos de cooperação técnica, sendo 55 deles com países do Eixo Sul-Sul, enquanto que em 2013, tal número reduziu-se para 25 e 22, respectivamente e, em 2014, 9 e 6 respectivamente. Em 2015, são firmados 13 acordos de cooperação técnica, sendo 4 deles com a Alemanha e Estados Unidos e 2 deles com organizações internacionais, o que indica um aumento da cooperação com países do Norte proporcionalmente aos anos anteriores[[6]](#footnote-6). Em se tratando especificamente de Acordos de Cooperação Técnica (excluindo-se ajustes complementares, protocolos de intenções e memorandos de entendimento), entretanto, em 2012 foram firmados 3 novos acordos (Djibuti, Mauritânia e Etiópia); em 2013, 6 novos acordos (Chile, Egito, Vanuatu, Mianmar, Fiji e Honduras); em 2014, 2 novos acordos (Dominica e Iêmen) e em 2015, apenas 1 novo acordo (Moçambique).

Mesmo que o número de projetos não indique necessariamente que houve redução no ativismo diplomático na área social, a análise da evolução do orçamento da ABC confirma financeiramente a redução desse ímpeto, após uma fase de auge entre 2008 e 2010. Após 2011, gradativamente tal órgão vê reduzido seu recurso anual disponível, conforme demonstra o gráfico abaixo.

**Gráfico 2 – Orçamento anual da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – (2000-2014)**

Fonte: Extraído de ABC (2017).

**3. A REDEFINIÇÃO DA INSERÇÃO EXTERNA SOCIAL NO GOVERNO TEMER**

O desenho da política externa brasileira sob o Governo Temer, no âmbito das decisões e ações executadas discutidas neste trabalho, tem se distanciado paulatinamente do modelo anteriormente aplicado pelos governos de centro-esquerda. Em parte como resultado da concepção de política interna pautado no modelo de Estado mínimo, veiculado pelo grupo que assumiu o poder em 2015 por meio de um golpe parlamentar, percebe-se que a concepção sobre o papel do país na arena internacional, assim como as articulações com os eixos Norte e Sul, têm passado, em que pese o curto espaço de tempo, por mudanças. Ao colocar a Agência de Promoção de Exportações (APEX) no âmbito do Itamaraty e desenvolver ações internacionais voltadas à recuperação da credibilidade, da legitimidade e da busca por investimento estrangeira no país (que supostamente estaria se recuperando da crise econômica), a política externa brasileira passou a se orientar sobretudo no eixo de diplomacia econômica, com pouca ou nenhuma atividade do Estado envolvendo temas sociais e/ou políticos exclusivamente. Mesmo nas viagens realizadas para participar das Cúpulas do BRICS, na Índia e na China, e da visita presidencial à Rússia, o foco principal das atividades centravam-se na questão comercial, incluindo na pauta a necessidade de atrair recursos dos países emergentes no contexto de privatizações de estatais brasileiras[[7]](#footnote-7). Em 2017, ainda, se retoma um projeto que tem origem nos anos 1990 de acordo inter-regional com a União Europeia e o Brasil se coloca como candidato a membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição criada na Guerra Fria com o objetivo de alicerçar parâmetros de cooperação e desenvolvimento de países capitalistas norte-ocidentais. Isso, se concretizado, alteraria o princípio da cooperação sul-sul brasileira com base na horizontalidade e originalidade em relação à cooperação e investimento tradicionalmente desenvolvidos pela Europa e EUA na África, Ásia e América Latina.

No que tange aos temas sociais internacionais, um episódio diplomático ocorrido na época do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff resultou na demissão do Coordenador-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome e na extinção do órgão, posteriormente, pelo Ministro José Serra. Em um telegrama enviado no dia 18 de março, Milton Rondó Filho transmitiu aos postos do Brasil no exterior um comunicado da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG, que congrega 250 organizações da sociedade civil em 23 estados da Federação brasileira), manifestando preocupação em relação à situação política no Brasil, especialmente a tentativa de golpe contra a presidenta legitimamente eleita (o que ficou conhecido como episódio do “telegrama do golpe”). A partir disso, instaurou-se uma ação civil pública solicitando afastamento definitivo do diplomata das suas funções e pagamento de “multa civil de doze vezes – um ano – o valor da remuneração básica percebida pelo agente” por usar da comunicação oficial do Itamaraty para promover “interesses pessoais” e “partidário-ideológicos” (MP, 2016). Em defesa, o diplomata argumenta que:

um primeiro engano consiste em fazer crer que o MRE não transmite mensagens de interesse específico, valendo recordar que conta com um Departamento de Promoção Comercial que facilita negócios entre exportadores brasileiros e estrangeiros, transmitindo oportunidades comerciais que muitas vezes são de interesse de uma única empresa (MP, 2016, s/p.).

E acrescenta que “sobre os parágrafos seguintes, que afirmam que o servidor não tinha autoridade para expedir as comunicações, vale mencionar que pelo Regimento Interno das Relações Exteriores (RISE) cabia à CGFOME o mandato no MRE pelo diálogo com a sociedade civil” (MP, 2016, s/p.) e que:

as circulares visaram a organizar o diálogo com a sociedade civil internacional, previsto como competência da CGFOME no Art. 40, letra G do RISE, solicitando às Embaixadas que indicassem um funcionário diplomático para dele cuidar e retransmitindo, sem qualquer comentário ou pedido de providência, mensagens da sociedade civil nacional e internacional, com o pedido de que as mensagens da sociedade civil internacional fossem endereçadas em primeiro lugar às Embaixadas nos respectivos países, organizando dessa forma o diálogo e melhorando o fluxo de informações do Estado brasileiro (MP, 2016, s/p.).

Em nota, em setembro de 2016, o Itamaraty informou que “as funções realizadas anteriormente pela CGFOME foram atribuídas a outras unidades do MRE a fim de se manter a continuidade, sendo as operações de cooperação humanitária assumidas pela Agência Brasileira de Cooperação e as atividades de coordenação política assumidas pela Divisão de Temas Sociais” (OPERAMUNDI, 2016). Mediante o Decreto 8.817, de 21 de julho de 2016 e o Decreto 8.785, de 10 de junho de 2016, se estabeleceu de modo mais amplo a reorganização administrativa e redistribuição de competências do MRE, com o enxugamento da estrutura e a devolução de 46 cargos em comissão do MRE (O GLOBO, 2016).

Já no início do Governo Temer, o discurso sobre a necessidade de enxugar o Estado internamente nas suas dimensões burocráticas, administrativas, produtivas e de políticas sociais voltam com força para o panorama nacional gerando impactos nas ações executadas até então nas políticas sociais e por óbvio interferindo nos indicadores sociais. Os cortes imediatos de gastos na área social afetaram o programa Bolsa Família, que deixou de beneficiar 2.530.000 beneficiários desde 2014[[8]](#footnote-8), sendo que, adicionalmente, o Secretário de Renda e Cidadania Tiago Falcão anunciou o corte em 11% do Programa Bolsa Família para 2018. Soma-se a isso a PEC-55/206 aprovada sem vetos pelo Presidente da República, que congela gastos na área social por 20 anos. Desta forma, áreas críticas como a educação, saúde e assistência social que vinham tendo crescentes investimentos nos últimos anos, mas ainda apresentando um déficit importante de inclusão e qualidade dos serviços, ficarão comprometidos pelos próximos vinte anos e com forte tendência ao sucateamento.

Do ponto de vista institucional, os refluxos no campo social tiveram como exemplos, além do desmonte do CGFOME, a fusão do MDS com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Seguindo a lógica do enxugamento de quadros e gastos institucionais, se enfraqueceu umas das principais estruturas do desenvolvimento social do país, que teve que passar a compartilhar seus recursos com outro “Ministério”. Ademais, as políticas de proteção social que até então se sustentavam na articulação de Programa Bolsa Família com o Sistema Único de Assistência Social, em uma clara concepção de lógica de direitos, passam a perder prioridade para o Programa lançado pela Primeira-dama da República – Marcela Temer - o “Criança Feliz”, um programa focalizado que atende crianças de 0 a 7 anos de famílias beneficiárias do BF ou do BPC. Desde então, os recursos para a área de proteção social estão sofrendo cortes em detrimento do programa elencado como prioritário pelo MDS. Conforme anunciado pelo Ministério do Planejamento para 2018, o orçamento definido, até o momento (agosto de 2017) é de 78 milhões de reais para o Fundo Nacional de Assistência Social e 307 milhões para o Ministério de Desenvolvimento Social, na medida em que o Ministro Osmar Terra define um orçamento de 1 bilhão para o Criança Feliz em detrimento de toda a área da assistência (BRASIL, 2017). Todo esse panorama de precarização dos serviços de proteção social e de garantias de sobrevivência da classe mais baixa tem levado ao retorno de grandes problemas sociais, revelados pelo incremento do número de moradores de rua, das taxas de pobreza e extrema pobreza nos dois últimos anos.

Diante deste panorama interno de degradação das políticas sociais, pode-se subsumir que a capacidade de exportar tecnologias sociais por meio da modalidade de cooperação pode estar em refluxo, uma vez que foi o bom desempenho nos indicadores sociais, o fator que projetou o Brasil para o mundo nesse campo de cooperação. Com efeito, ao analisar o caso do MDS, e seu setor de assessoria internacional que atua juntamente com a ABC, não se pode afirmar a existência de uma inflexão abrupta que resultasse em mudanças estratégicas no campo da cooperação técnica social. Com a nova gestão, permanecem as diretrizes de promoção das autonomias nacionais na formulação e gestão de políticas públicas de desenvolvimento, a horizontalidade nas relações de cooperação e o equilíbrio de interesses, e o mútuo benefício. Ademais, em geral os acordos de cooperação seguem em geral, como respostas a demandas apresentadas pelos países cooperantes. Entretanto, os números tanto de acordos firmados e projetos de cooperação fechados e em execução nos anos de 2015 e 2016, demonstram uma queda paulatina se comparado aos anos anteriores. Segundo entrevistada, no ano de 2016, foi assinado apenas (1) um projeto de cooperação bilateral com o governo de Honduras, um projeto de “Fortalecimento da Gestão da Política Social”, que inclui atividades nas áreas de proteção social, inclusão produtiva e avaliação e monitoramento de políticas sociais (Entrevista 1, Porto Alegre, 2017). No mesmo ano, encerrou-se dois projetos de cooperação com o mesmo governo[[9]](#footnote-9).

No caso da ABC, igualmente não se pode afirmar uma mudança estratégica profunda com o atual governo, senão alterações que decorreram da mudança de direção da instituição que ocorre geralmente de três em três anos. De acordo com entrevistado,

a mudança de embaixadores que ocorre na Agência possui mais impactos na condução estratégica da mesma, do que a troca no governo federal. Isso se deve à grande autonomia que a carreira diplomática oferta aos seus representantes, o que permite que a “visão de mundo” dos embaixadores orientem a política e a estratégia das ações em cooperação (Entrevista 2, Porto Alegre, 2017).

Por outro lado, pode-se subsumir que, como são cargos não eleitos e sim indicados pelo presidente da república, há influência política nesse encadeamento, o que pode afetar a condução estratégica da agência.

Com efeito, os embaixadores tiveram distintas conduções estratégicas na direção da ABC: durante a gestão de Marco Farani, de 2007 a 2012, a atividade da ABC foi intensa em termos de número de acordos fechados, projetos desenvolvidos e recursos dispendidos na atividade de cooperação técnica. Segundo entrevistado,

Marco Farani por carregar em sua trajetória uma visão bastante empreendedora, imprime essa marca na ABC, que na época, tem um ativismo diplomático importante(Entrevista 2, Porto Alegre, 2017).

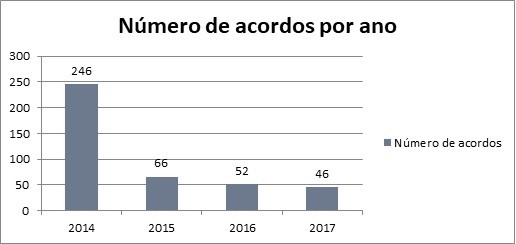
Após sua substituição pelo ministro José Marroni de Abreu, indicado pela então presidenta Dilma, os rumos estratégicos da ABC começam a ter pequenas mudanças impulsionadas pela conjuntura de enxugamento de gastos e igualmente pela visão do então Ministro acerca de cooperação, que corroborava com essa tendência.

Com o *impeachment* da presidenta e a “posse de João Almino para o cargo de diretor da ABC, os rumos estratégicos têm cada vez mais se modificado, entretanto, conforme entrevistado, não se possa falar de uma inflexão.

Com efeito, trata-se de um diplomata mais conservador e clássico, membro da academia brasileira de letras, um cientista político, que tem imprimido sua marca”(Entrevista 2, Porto Alegre, 2017).

Em termos quantitativos os projetos de cooperação firmados pela ABC nos anos de 2014, 2015 e 2016, apresentam uma queda numérica importante, conforme demonstra gráfico abaixo:

**Gráfico 3 – Acordos de cooperação firmados entre os anos de 2014 a 2017**



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados obtidos na ABC (2017).

Já no que tange aos acordos firmados por região, percebe-se a permanência da preponderância da África sobre América do Sul Central e Caribe, demonstrando uma continuidade estratégica no que diz respeito ao programa anterior de Cooperação Sul-Sul.

**Gráfico 4 - Acordos firmados por região de cooperação entre os anos de 2014 e 2017**



Fonte: Elaboração dos autores, com dados obtidos na ABC (2017).

No que diz respeito à projeção orçamentária para ABC nos anos de 2016 e 2017, não foram disponibilizados dados que permitam fazer quaisquer inferências. Trata-se de um dado de fundamental relevância, mas que não permite isoladamente, afirmar sobre os rumos estratégicos de uma instituição.

Conforme pretendemos demonstrar nesta seção, há uma tendência de queda de ativismo diplomático no campo social (agenda Sul-Sul) com o novo governo, que apresenta menores números de acordos e projetos firmados no último ano, somado ao enxugamento institucional representado pela extinção de um órgão fundamental (CGFOME) e a fusão do MDS com o desenvolvimento agrário. Como trata-se de uma pesquisa em andamento, os dados apresentados são preliminares, necessitando do adensamento da pesquisa, assim como, de maior período temporal para se confirmar a tese do trabalho: o declínio da cooperação Sul-Sul no campo social, seguido pela a mudança nos rumos estratégicos da inserção externa brasileira no médio prazo.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que pretendemos com esse artigo foi chamar atenção para o que supomos ser um declínio no sentido de reconfiguração do “modelo” de inserção externa social brasileira desenvolvida com os governos petistas de centro-esquerda. A partir do golpe parlamentar no Brasil, em 2016, se inseriu no poder um grupo político conservador, com uma agenda política para o Estado muito distinta da anterior.

Partindo de um marco teórico que entende a articulação da política interna com a externa[[10]](#footnote-10), ou seja, uma como reflexo e projeção da outra (Halliday, 1999; Guimarães, 2006), sustentamos que o refluxo na agenda interna – anteriormente apoiada nos marcos do novo desenvolvimento (onde o tema do crescimento econômico foi tratado de forma articulada e subordinada ao desenvolvimento social) tem e terá impactos significativos na projeção externa brasileira nos marcos de uma diplomacia ativa e diversificada.

A opção interna atual por um projeto político pró-mercado em que o discurso e práticas de Estado mínimo vigem, tem levado paulatinamente ao desmonte de políticas de desenvolvimento que afetam toda a população e em especial a classe mais baixa que ascendeu na última década. A previsão de privatizações do patrimônio nacional como a Eletrobrás, assim como a entrega de recursos estratégicos da Amazônia afetam a base do projeto de desenvolvimento de longo prazo (Guimarães, 2006). As reformas da previdência e trabalhista afetam a capacidade de consumo interno da população a curto e médio prazo (a base de sustentação do crescimento econômico na última década). Soma-se a isso o congelamento de gastos na área social imposta pela PEC-55/206, levando a um cenário claro de redirecionamento no projeto de desenvolvimento interno que privilegia os setores econômicos do mercado em detrimento do projeto de inclusão social posto em marcha na última década. Em que pese os dados apresentados sobre a inserção externa social nesse último ano serem preliminares, se pode afirmar indícios de uma queda paulatina de ativismo no campo social, seguido de uma priorização de uma agenda econômica do Governo Temer em detrimento da social.

Desta forma, se na última década assistimos os países do Terceiro Mundo na busca pela inversão de sua posição estratégica no globo, a ponto de ser elogiado pelo relatório das Nações Unidas que representou o Sul a partir de mapa invertido, onde o Norte era o Sul, as ações nos últimos dois anos do Governo Temer nos campos interno e externo demonstram um retorno à posição “natural” dos países do Sul: abaixo e dependente. Os próximos anos poderão indicar a profundidade das mudanças em curso e se os rumos estratégicos da inserção internacional brasileira serão, com efeito, alterados.

Em suma, apesar da manutenção de diversos projetos internacionais na área social, o *ethos* que levou à projeção internacional do Brasil - que vinculava a inclusão social interna com uma participação mais influente do país na ordem global - encontra-se visivelmente afetado. Ao demonstrar capacidade de liderança na discussão sobre temas sociais e proporcionar instrumentos que permitiam um compartilhamento de políticas sociais para o desenvolvimento da periferia, o país se colocava, pela primeira vez na história, como eixo importante de transformação da realidade internacional e, por isso, capaz de barganhar uma nova posição dentro da hierarquia de poder global. No momento em que os elementos sociais deixam de ser prioridade governamental, isso põe em risco a legitimidade da cooperação na área social, os ganhos em termos de *soft power* e imagem conquistados nos últimos anos e, consequentemente, a perda de um dos principais recursos pelo qual o Brasil poderia barganhar uma legitimação de sua maior influência global.

**Referências**

Amorim, C. (2004). Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. *Diplomacia, Estratégia e Política*, 1 (1), 41-48.

ABC (Agência Brasileira de Cooperação) (2009). *Documento Informativo 2009*. Publicado em: <http://www.cebri.org/midia/documentos/minmarcofaranichinanaafrica972003.pdf>. Acesso em: 10.nov.2014.

Brasil (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) (2017) *Orçamento de 2018*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/orcamento-anual-de-2018> . Acesso em 01.jun.2018.

Brasil (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Assessoria Internacional). (2017).*Entrevista 1*. [Set. 2017]. Entrevistador: Luciana Pazini Papi. Porto Alegre, 2017. 4 laudas (PDF)

Brasil (Agência Brasileira de Cooperação, Analista de Projetos da Agência Brasileira de Cooperação) (2017). *Entrevista 2*. [Set. 2017]. Entrevistador: Luciana Pazini Papi. Porto Alegre, 3 laudas (PDF).

Castro, J. A. (2012). *Gasto social federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010*. Brasília: IPEA. Publicado em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota\_tecnica/120904\_notatecnicadisoc09\_apresentacao.pdf>. Acesso em 24.mar.2018.

Diniz, E. (2011). O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010), *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 54 (4), 493-531.

Fligenspan, F. (2016). Do crescimento com redistribuição de renda à crise atual, Porto Alegre, *Revista Adverso*, UFRGS, s/p.

Fligenspan, F. (2010). *Plano Real: da estabilidade à necessidade de crescer*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Fiori, J. L. (2013). O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. InSader. E. (Ed.), *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. (pp. 31-51). São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo.

Guimarães, S. P. (2006). *Desafio Brasileiro na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Granato, L. (2015). *Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul*. Curitiba: Appris.

Halliday, F. (1999). *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2013). *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: ABC e IPEA.

Jinkings, I., Doria, K., & Cleto, M. (Eds.) (2016). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Lima, M. R. S., & Milani, C. (2016). Política Externa, Geopolítica e Modelos de Desenvolvimento. In Lima, M. R. S., Milani, C, & Muñoz, E. E. (Eds.), *Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

Madeira, L. M., Hellmann, A., & Medeiros, K. (2011). O Brasil na Ação Coletiva Sul-Sul para o Desenvolvimento Social.*Carta Internacional*, 6, (2), 16-30.

Medeiros, K. (2016). *A agenda social na inserção externa do Governo Lula: desenvolvimento, diplomacia e cooperação sul-sul*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL-UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Milan, M. (2016). Oligarchical restoration and full neoliberalism reloaded: an essay on the roots of the twin crises and the 2016 coup d’etat in Brazil. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v.5, n.9, Jan./Jun., 74-112.

MILANI, Carlos R. S. (2014). Evolução histórica da Cooperação Norte-Sul. In Souza, A. M. (Ed.) *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. (pp. 33-56). Brasília: Ipea.

Moniz-Bandeira, L. A. (2014). *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos, das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ministério Público do Brasil (2016). *Inquérito Civil Público n° 1.16.000.002098/2016-90*, publicado em: <http://pje1g.trf1.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>. Acesso em: 15.set.2017.

O Globo. (2016). *Itamaraty extingue departamento de combate à fome*, publicado em: <https://oglobo.globo.com/brasil/itamaraty-extingue-departamento-de-combate-fome-20101655>. Acesso em 15.set.2017.

Opera Mundi (2016). *Itamaraty extingue departamento de cooperação internacional para combate à fome*, publicado em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/45235/itamaraty+extingue+departamento+de+cooperacao+internacional+para+combate+a+fome.shtml>. Acesso em: 15.set.2017.

Papi, L. P., & Medeiros, K. (2014). Agenda social na política externa do Governo Lula: os casos de cooperação internacional prestada pelo MDS e pela ABC, *Revista Conjuntura Austral*, 6, (30), 75-100.

Visentini, P. (2013). *A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul?*Porto Alegre: Leitura XXI.

Souza, J. (2016). *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya.

1. Cabe mencionar, nesse sentido, que a dimensão social do processo de integração do Mercado Comum do Sul (Mercosul) emergiu desde 2003 como uma das características essenciais do bloco, que o distinguiria do Mercosul unidimensional, centrado no aspecto comercial. Desta forma, a partir de 2003, e conforme a nova perspectiva emergente do Consenso de Buenos Aires assinado pelos presidentes Lula e Kirchner no mês de outubro do referido ano, começaram a ser articulados importantes avanços em torno da construção do chamado “Mercosul Social e Cidadão”. Tal projeto emancipatório exigiu a ação coordenada por parte dos responsáveis políticos e das respectivas sociedades na construção de um contexto que permitisse dar forma a uma lógica de diagnóstico e de ações comuns voltadas à consolidação e ao aprofundamento do papel que corresponde “ao social” no processo de integração (Granato, 2015). [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#footnote-ref-2)
3. Com relação à América do Sul em particular, âmbito privilegiado de exercício da ação externa brasileira (Fiori, 2013), exemplos dessa atuação externa podem ser encontrados, no período sob estudo, na criação do Instituto Social do Mercosul, com sede em Assunção; da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul; do Sistema de Políticas Sociais e Indicadores Sociais (SIMPIS), destinado a gerar um espaço de produção, sistematização e divulgação de informação referente às políticas públicas de inclusão social nos países do Mercosul, e do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Decisão n. 12/2011), cuja finalidade é articular e desenvolver ações específicas, integrais e intersetoriais, que consolidem a dimensão social no bloco com o compromisso de combater as desigualdades e promover a inclusão social (Granato, 2015). [↑](#footnote-ref-3)
4. Cabe salientar no cômputo dessas ações a construção de fábrica de medicamentos antirretrovirais em Maputo, a estruturação do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, a Escola Nacional de Saúde Pública de Angola e o estabelecimento do Sistema Nacional para tratamento de pessoas com anemia em Gana, que visa diagnosticar recém-nascidos com anemia (ABC, 2009). [↑](#footnote-ref-4)
5. Os projetos de cooperação na área da educação contemplam ainda os mais variados setores, muitos desempenhados através de parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Neste cômputo, destacam-se projetos voltados ao fortalecimento educacional como um todo; educação ambiental; desenvolvimento social; desenvolvimento urbano; formação profissional; alfabetização voluntária; oficina de trabalhos; fortalecimento da democracia; voltando-se sobretudo, para o desenvolvimento institucional de Guiné-Bissau. Outro elemento relacionado à educação foi a ampliação dos programas de incentivo à pesquisa científica e intercâmbio de alunos e professores no âmbito da PEC-G e PEC-PG (Visentini, 2013) que busca aproximar o Brasil dos países de língua portuguesa. [↑](#footnote-ref-5)
6. Os dados mencionados foram extraídos do site do Ministério das Relações Exteriores que disponibiliza uma compilação de todos os acordos internacionais desenvolvidos pelo Brasil: <http://www.concordia.itamaraty.gov.br>. [↑](#footnote-ref-6)
7. No âmbito da integração da América do Sul não foi diferente. Assim como o Brasil sob liderança dos governos petistas promoveram a política social no âmbito do Mercosul, o Governo Temer tem reafirmado sua intenção de “disciplinar” o bloco conforme os desígnios do mercado, alinhando-o com os princípios de um projeto de governo deslegitimado por ter subtraído a soberania sobre quem governa, uma vez que não foi eleito. Um dos aspectos mais significativos que refletem na mudança de rumos no processo integracionista foi a revogação, mediante Decisão n. 06/2017, da Decisão n. 63/2010, que aprovou o cargo de Alto Representante do Mercosul, criado para impulsionar o bloco no campo, principalmente, das políticas sociais. [↑](#footnote-ref-7)
8. Na análise da evolução do número de beneficiários do Programa Bolsa Família nota-se uma queda importante desde que Temer assumiu a presidência. Em 2014 o número de beneficiários era de 14.204.279 milhões de pessoas. Em 2015, passa para 13.827.369 milhões; em 2016 cai para 13.905.030 milhões tendo uma queda mais abrupta em 2017 quando esse número despenca para 12.740.640 beneficiários (MDS, 2017). [↑](#footnote-ref-8)
9. Segundo a entrevistada, para o ano de 2017 existem seis outros projetos de cooperação técnica em fase de negociação ou aguardando os trâmites administrativos para assinatura, nas áreas de inclusão produtiva, transferência de renda, combate ao trabalho infantil, proteção social e atenção à primeira infância. [↑](#footnote-ref-9)
10. Desenvolvido com maior profundidade em Papi e Medeiros (2015). [↑](#footnote-ref-10)